

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	19
1.1 Direitos Humanos.....	19
1.1.1 Evolução histórica e proteção.....	19
1.1.2 O uso correto dos Direitos Humanos.....	26
1.1.3 Organismos de defesa dos Direitos Humanos.....	30
1.2 Ministério Público: Funções institucionais e antecedente	32
CAPÍTULO II - O PROMOTOR DE JUSTIÇA: e os princípios de direito penal democrático	41
2.1 Garantias fundamentais individuais e a hierarquia dos Direitos Humanos.....	41
2.2 Princípio da igualdade ante a lei penal e do tratamento perante os Tribunais.....	47
2.2.1 Obrigatoriedade da ação penal	55
2.3 Princípios da legalidade, da reserva legal e da humanidade.....	55
2.3.1 Aplicação de pena abaixo do mínimo cominado	61
2.4 Princípios da presunção de inocência (ou da não culpabilidade), da plenitude de defesa e do contraditório.....	63
CAPÍTULO III - ORDENAMENTO JURÍDICO E OS DIREITOS HUMANOS	71
3.1 Teoria Geral do Ordenamento Jurídico e os Direitos Humanos.....	71
3.2 Princípio do promotor natural e os Direitos Humanos.....	77
3.3 O ônus da prova ministerial e os Direitos Humanos	83
3.4 O Poder jurídico-político dos Chefes Supremos do Ministério Público.....	86
3.5 O <i>Ombudsman</i> e os Direitos Humanos	91
3.6 Os Tribunais do Santo Ofício: A acusação de ontem e de hoje.....	95

3.7 Medida de Segurança: Teoria Finalista da Ação x Teoria Vicariante	105
CAPÍTULO IV - MODELOS DE PROMOÇÕES MINISTERIAIS	125
4.1 Denúncia.....	125
4.2 Libelo-Crime	129
4.3 Requisição para instauração de Inquérito Policial.....	130
4.4 Alegações finais (Absolvição por falta de prova).....	132
4.5 Medida de Segurança: Incompatibilidade Teoria Finalista.....	134
4.6 Prisão Preventiva (desnecessidade).....	136
4.7 Prisão Preventiva e os Direitos Humanos da vítima.....	137
4.8 Liberdade provisória.....	142
4.8.1 Com ou sem fiança.....	142
4.8.2 Relaxamento da prisão: vício no flagrante, carência de assistência de defensor (<i>writ</i>).....	143
4.8.3 Excesso de prazo	147
4.8.4 Crimes hediondos e prisão provisória	148
4.9 Arquivamento de Inquérito Policial.....	150
4.9.1 Crime tentado contra o patrimônio	150
4.9.2 Crime consumado contra o patrimônio	152
4.9.3 Inexistência de dolo/estado emocional do agente	153
4.9.4 Inexistência de dolo/culpa	154
4.9.5 “Delito de bagatela” pequeno potencial ofensivo	155
4.9.6 Pequena quantia de substância tóxica	156
4.9.7 Desclassificação art. 12 p/ art. 16 da Lei 6.368/76.....	157
4.9.8 Atipicidade art. 171 do CP - cheque pré-datado.....	158
ANEXO I - JURAMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	159
ANEXO II - PRINCÍPIOS ORIENTADORES RELATIVOS À FUNÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA - ONU.....	163
ANEXO III - FORMULÁRIOS DE DENÚNCIA À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA OEA	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
ÍNDICE ALFABÉTICO	181